
RELATO DE EXPERIÊNCIA

TEMPO DE MUDANÇA NA CRECHE DA VILA PRAIA

Ana Maria Mello

Diretora-Técnica da Creche Carochinha,
COSEAS/USP – Ribeirão Preto, SP

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui um relato sobre minha experiência em uma creche direta, ou seja, totalmente sustentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. É preciso alertar que, por uma imposição da vida, a história da prática de centenas de pessoas envolvidas nas creches do Estado de São Paulo vem se perdendo, pela falta de registro dessa experiência. Meus colegas cobraram, e com razão, a necessidade de alguma sistematização, por precária que seja, do meu trabalho na creche. Dessa forma, esse texto se constitui em ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada. No momento detenho-me ao relato, ressaltando que entre a urgência e o rigor teórico, optei pela primeira. Portanto, no que se refere à precisão conceitual, esse artigo é limitado.

A *Creche Municipal Vila Praia* foi inaugurada em julho de 1980 começando a funcionar em março de 1981. Os funcionários ficaram recebendo oito meses sem trabalho. São quase cinco anos de funcionamento, sendo eu a sétima diretora desta instituição. É uma creche sobrado. Seu projeto inicial foi pensado como *Núcleo Comunitário*, ou seja, o espaço foi pensado para ser usado para reuniões, festas, encontros e, posteriormente, ampliado em consequência da necessidade de uma creche na região. Sendo sobrado, a ala superior tem seis salas e um banheiro; a ala inferior, três salas, um banheiro, cozinha, lavanderia e banheiros de funcionários. Recepção, sala de direção e triagem não existem. Foram feitas algumas adaptações por nós, ficando estes setores na ala superior. Crianças de três meses e um ano e oito meses são atendidas na ala inferior; a faixa etária de dois a

seis anos e onze meses na ala superior, num total de 95 crianças. As dependências externas são amplas.

A quantidade prevista de funcionários é de 36 (pajens 6:30 hs. de trabalho diário; zeladores 8 hs.; professoras 4:30 hs.; vigias 12/36 hs.; pessoal de cozinha 8 hs.; limpeza 8 hs. e escritório 8 hs.) com uma lotação de 80 crianças. Na prática, temos efetivamente 28 funcionários e 15 crianças a mais, além do número previsto. Segundo a Prefeitura, as faltas das crianças permitem que se matricule um número maior que a capacidade de atendimento.

Da população que atendemos, 80% são moradores das favelas Jardim das Palmas e Vila Praia, localizadas no Morumbi. Quanto à situação profissional, 85% das mães são empregadas domésticas; 10% inseridas no mercado informal de trabalho (carregadoras de papel, vendedoras de rua, etc.) e 5% operárias, balconistas etc. Muitas das mães são arrimo de família (45% aproximadamente). Poucas são mães solteiras; a maioria possui marido, que estão desempregados, subempregados. Existem uma incidência alta de alcólatras entre os pais. Estes, quando empregados no mercado formal, são em sua maioria operários da construção civil.

A creche atende, também, aos filhos das funcionárias que trabalham conosco.

A experiência que relatarei, a seguir, é fruto principalmente da minha perplexidade. Escolhida para dirigir uma creche direta em São Paulo, me vi diante de um universo extremamente complexo, exigindo intervenção imediata, sem que existissem parâmetros claros de atuação. Quando cheguei na creche, minha preocupação era entender um pouco do que se passava dentro da instituição. Nessa época, minha presença poderia ser caracterizada, principalmente, pela falta de qualquer tipo de intervenção. Preocupei-me, apenas, em fazer uma observação de tudo a que tive acesso.

Porém, semelhante ao que ocorre numa guerra, foi preciso agir antes, muitas vezes, e perguntar depois. Recebi orientações administrativas e técnicas da então Secretária da Família e do Bem Estar Social (FABES, regional Butantã). Passados quase dois anos, percebi alguns resultados positivos, embora fique devendo uma análise mais profunda das causas destes acertos. Por ora, me contento com o relato quase biográfico dessa minha experiência. Tentarei descrever como era a rotina antes, a divisão dos espaços, a maneira de viverem na creche (e a creche), os funcionários, as famílias (principalmente as mães) as crianças, e como estamos nos organizando agora. Eis o relato¹.

NO COMEÇO

A primeira criança chega em torno das 6:35 hs., passa pela triagem, e depois é colocada pela mãe no refeitório, onde todos ficam sentados com seu grupo. Poucos funcionários nesta hora estavam presentes, alguns com atrasos de até 30 minutos. Se por acaso a criança chora, nenhum adulto intervém, para não mimá-lo. Os adultos chegam, se ajuntam para conversar e ficam de olho para que nenhuma criança levante do lugar. O controle sobre a criança é total: olhares firmes, sacudidas, intervenção feita por todas. Esta luta entre

crianças e funcionários nessa primeira hora tem como único objetivo que as crianças não façam nada (isso por 1:20 h.), simplesmente que fiquem esperando por uma refeição (café). São quarenta crianças concentradas no refeitório. Servido o café, cada criança pega a sua sacola, atropelando quem estiver pela frente. As pajens, ainda nesse momento, estão terminando o seu assunto, e/ou seu café. Depois, em filas, de cabeça baixa para não agredirem os colegas, as crianças sobem para a sua sala. Para as pajens, o fundamental é evitar que se machuquem para não terem motivos de atrito com a direção ou com os pais. O controle é feito sempre desta forma por não conhecerem outra. Quanto aos pais que trazem as crianças a única tarefa é colocar seus filhos na mesa. Não trocam nenhuma informação com os funcionários que passaram e passarão o dia com seus filhos. Do lado dos funcionários, a única comunicação é para reclamações: "seu filho está um capeta"; "ele caiu mas nós cuidamos", ou "você trocaram a roupa do meu filho", etc. . . Coisas positivas, progressos e colaborações nunca são colocados, contribuindo assim para o relacionamento de muita desconfiança e rivalidade.

As crianças, agora, já em suas salas, têm que esperar em torno de 15 a 20 minutos, para que as pajens arrumem as sacolas nos cabides e, depois, mais espera, porque as pajens devem arrumar os colchões onde, às 12 horas, as crianças deverão dormir. Com isso, já são 8:30 hs.; duas horas portanto de creche, sem que as crianças façam absolutamente nada, muitos gritos dos adultos, muita briga entre crianças: ouve-se barulho de cadeiras sendo jogadas; crianças penduradas nos vitrôs. Chega a professora para que lhes diga o que devem fazer, sem material, sem proposta, sem perspectiva. A "atividade" resume-se em papéis mimeografados, nos quais as crianças, têm o direito de rabiscar, e o fazem freneticamente. A proposta é única até para os pequenos, de dois anos. Para os maiores (pré) existem cadernos e livros, para a pré-alfabetização. Este é um momento de muita humilhação: as crianças são xingadas e deixadas de lado por não agüentarem o trabalho. Os maiores são colocados diante de uma cartilha. Observei uma cena: dois garotos estão de cabeça baixa chorando; um outro se esconde debaixo da mesa; a pajem, não sabendo como agir e nem porque as crianças agiam de tal forma, fica a insistir, até que não se agüente mais e diz com ar desanimador: "é fulano, você não tem jeito, nunca vai aprender nada."

1 O relato que farei foi baseado na observação sistemática do dia de uma criança na creche e de outras observações, mais assistemáticas, que fiz durante meus primeiros meses de trabalho. Minha preocupação maior era avaliar o tempo que a criança ficava ociosa, esperando o que a rotina impunha. Em meu registro, consegui anotar apenas as grandes esperas, pois não dispunha de ajuda de ninguém para essa tarefa.

Também, para esse trabalho, me auxiliaram as discussões com técnicos que trabalharam na FABES - Butantã, as que ocorreram durante o curso sobre creches realizado no 1º semestre de 1985 na PUC/SP (professora Fúlvvia Rosemberg). Para a redação desse texto contei com a orientação da Professora Clotilde Ferreira da USP de Ribeirão Preto.

Enfim, todos no pátio. Pelo menos agora com mais espaço, o que implica, sem dúvida, em maior tranqüilidade embora permaneça a falta de ferramentas e de programação. O que se vê, novamente, são os adultos em roda conversando, alguns lendo fotonovela, outros fazendo crochê; vez por outra, grita o nome de uma criança que está mau comportada, os vizinhos reclamam do barulho, quando não de vidros quebrados. Brincam no pátio das 9:30 hs. às 10 hs., sobem (dois a três anos) para o banho, após terem tomado suco. Uma pajem apenas para banhar 15; ela coloca dois em cada box num total de quatro, o restante, pelados, sentados em colchões no chão; a pajem tenta controlá-los para não levantarem, correrem, etc. São mais 50 minutos de espera. A pajem já espalha os colchões, arruma-os para deixá-los em ordem para o sono. As crianças descem, são agora 10:45 hs. Almoçam, guerreiam com a comida, socam os amigos. Terminado o almoço, sobem, e aí escovam os dentes e todos são obrigados a dormir. Vão agora descansar do nada que fizeram, pois realmente adultos e crianças estão esgotados de tanta luta e controle. Esta é a parte mais cruel da rotina: cada grupo de um ano (oito crianças) a seis anos (11 crianças) entra na sala com sua respectiva pajem. As pajens do turno da manhã colocam para dormir enquanto as do turno da tarde chegam, almoçam, se trocam, etc. Já na sala, as pajens cobrem as cabeças de todos para que não se comuniquem, elas gritam encolerizadas, e uma ou outra chega a bater ou amedrontar as crianças. Ficam deitadas dormindo, ou não, até as 14:30 hs. Certa vez, perguntando a um garoto de cinco anos e seis meses por que ele tinha medo da creche, ele me disse: "porque quando tampam a cabeça com o corber-tor aí eu fico molhado (suado) e penso que vou morrer."

Após o sono, levantam-se, esperam 20 minutos para que as pajens arrumem os colchões, lençóis, etc. . . com ajuda de poucas crianças (elas não conseguem participar desta rotina). Descem, tomam café, vão para atividade com mais papel mimeografado para colar, rabiscar, etc; depois pátio, alguns já tomaram banho cedo (os menores de três anos) e os maiores sobem para tomar banho. Instala-se uma verdadeira guerra de roupas, toalhas, sacolas, etc. Todos correm nus, empurram, lutam, enfim, se divertem muito; é um momento de muita confusão, mas de muita alegria. Aproxima-se a hora de ir embora. O restante fica no pátio até chegar a hora da sopa; sentam todos os grupos juntos, numa grande bagunça; muitos choram. Os adultos, já irritados, pedem silêncio, mas não são ouvidos. Instala-se, no final, uma guerra de casca de banana na mesa dos maiores.

Agora é subir e esperar as mães, cada qual em sua sala. São 17:30 hs.; se a mãe vier buscar só às 18:30 hs., a criança esperará mais uma hora no final do dia.

Em síntese: muitas filas, repreensões morais e físicas, humilhações; brigas em profusão, entre adultos e crianças, crianças e crianças, adultos e adultos; grandes concentrações de crianças em refeitórios e banheiros; rigidez nos horários de rotina, numa espera somada de mais de quatro horas, durante 10 horas e 30 minutos que a criança observada ficou conosco.

Tinha certeza que nenhum adulto tinha consciência de toda essa barbárie; a rotina nunca tinha sido questionada. Direções anteriores demitiam quando pegavam, em flagrante, funcionário batendo em criança. Chamavam atenção, cobravam, mas nunca tinha sido feito um questionamento de todos sobre o trabalho do grupo. Os pais imaginavam que isso acontecia, pois seus filhos contavam o que ocorria, e a maioria não queria ficar na creche. Algumas mães não acreditavam, ou tinham medo de cobrar, imaginando que perderiam a vaga.

Assim, a sensação de desamparo que vi nas crianças era a mesma que eu sentia. Depois dessa experiência estava muito confusa diante da complexidade do problema, mas, ao mesmo tempo, muito solidária com todos: adultos e crianças. Era preciso não julgá-los isoladamente; as soluções teriam de ser pensadas *in loco*, saber priorizar para intervir, conviver mais com aqueles adultos, aproximar mais das famílias e, evidentemente, das crianças. Ao mesmo tempo era necessário uma atuação urgente para haver mudanças. Vejamos as modificações que conseguimos introduzir.

REORGANIZANDO O COTIDIANO

As crianças ao chegarem, colocam as suas sacolas nos lugares pré-determinados. As mães as acompanham (um momento importante pois várias vezes já as vi mostrando salas, trabalhos, etc. para suas mães) e retornam para a ala inferior. Os cabides, filtros, brinquedos estão em uma altura acessível às crianças. Elas ficam no pátio, ou mesmo no salão conversando e brincando livremente; tomam o seu café e vão subindo à medida que vão terminando. As pajens podem lhes dar atenção, pois estão livres da arrumação das sacolas, colchões, pois as crianças não dormem mais com exceção das menores de três anos.

As salas foram reorganizadas com sucatas, roupas velhas e sapatos — para serem usadas como fantasia para o teatro —, papel, cola, guache, material para casinha, etc. As crianças rodiziam em todas as salas; de início eu e a professora resolvemos não instituir nenhuma rotina definitiva, pois crianças e adultos estavam ainda sob o efeito da rigidez anterior. Hoje, já temos uma programação de trabalhos, passeios, recreação, etc., a serem desenvolvidos durante o semestre, com o conhecimento de todos que interagem com a criança sobre os objetivos que devemos alcançar em cada proposta.

O banho acontece em pequenos grupos e quando não é possível, por qualquer motivo, não ficamos dependentes dele: comunicamos às mães, no final do dia, conforme combinado em reuniões. As refeições, também, acontecem em pequenos grupos (três turnos), trazendo com isso o fato de que o choro, o barulho e a bagunça diminuíram. A excitação natural das crianças é controlada com conversas, músicas, brinquedos, etc., evitando aglomerações. Como as crianças não dormem mais, podem jogar, brincar, ou quando faz tempo bom, organizamos pique-niques, passeios, etc., onde fazemos o lanche da tarde. As filas, grandes esperas, apertões, agressões físicas, de uma forma geral, não existem mais.

O resultado disso é que o índice de adoecimento, absentefsmo, e reclamações da criança, diminuiu bastante: as crianças estão menos agressivas. Quando há visitas, essas podem andar livremente pois não são agarradas e nem puxadas pelas crianças. A curiosidade natural existe de forma positiva: perguntam, convidam a visita, às vezes, para uma brincadeira ou um trabalho, mas é só.

As refeições na hora do jantar também são feitas em três turnos. Após as refeições, o portão é aberto para os pais; algumas mães ajudam na limpeza final ou regam a horta. As crianças esperam brincando, ouvindo estórias e músicas.

Fizemos uma "campanha do nome" para que todos, mães e pajens se chamassem pelo nome (antigamente era tia, a mãe). Isso identificou mais a pessoa, permitindo maior comunicação. Além disso, reforçamos tudo de positivo que acontece durante o dia da criança na creche, principalmente as crianças mais problemáticas. Quando uma mãe diz: "esse menino não tem jeito, é vagabundo", a pajem, imediatamente, começa a mostrar a ela como ele tem trabalhado, colaborado com a creche, enfim, tenta mudar a imagem do garoto. A comunicação ainda é falha, não são todos os funcionários, nem todos os pais que percebem a importância dessa interação. Esse tem sido um dos temas que estamos priorizando durante este ano. Certo dia, ouvi de uma pajem: "sinto raiva de mim, naquele tempo, eu usava o corpo, hoje posso usar a cabeça".

Para que acontecesse essa mudança foi preciso muito trabalho de todos. Qualquer trabalho é, necessariamente, coletivo, porque representa a história acumulada até aqui. Não poderia negar a história anterior, ou, autoritariamente, dizer: "de hoje em diante será assim." Era preciso valorizar o positivo de cada um dentro do trabalho, através de constatações conjuntas das atitudes adequadas. As falhas, dentro do possível, seriam analisadas em momentos oportunos, fora do contexto em que estavam ocorrendo. Esta estratégia, em alguns momentos me ajudou; em outros, gerou desconfiança, pois ouvia e só devolvia posteriormente, quando já havia trabalhado o tema, e aí provocava algo que era sentido quase como traição. Um bom exemplo disto foi quando surgiu o problema de duas pajens que faziam as crianças ficar de cabeça baixa, esperando as refeições, para conseguirem silêncio. Numa dramatização, em reunião de pais, essa cena saiu como sendo humilhante, a mãe se expressou dizendo: "parece até hospital de louco". Em reunião com os funcionários, uma pajem que havia participado da reunião de pais resumiu e contou essa cena. Pudemos, então, discutir muito o tema e resolver esta questão definitivamente. Se eu dissesse: "Fulana, não quero ver filas, cabeças baixas, etc." ela só obedeceria, e mais, apenas quando eu estivesse perto.

Durante o ano de 1985², nos debruçamos em reuniões estafantes que aliás, são feitas até hoje. Fizemos, na verdade, um treinamento via prática. Para tanto, utilizamos quatro horas por mês. Fechamos a creche meio período, toda última terça-feira, para reuniões onde trabalhamos questões gerais, como por exemplo: nosso relacionamento, os trabalhos com as

crianças, nossa rotina. Utilizamos técnicas como dramatização, dinâmica de grupo, sendo que, sempre no final de cada uma dessas reuniões, avaliávamos e propunhamos temas para as próximas reuniões.

Já, nesse tempo, estava trabalhando com um corpo de direção: professoras, secretária, um representante dos funcionários, atendente de enfermagem, e o zelador. Nessas reuniões tentávamos priorizar nossas intervenções, discutíamos problemas administrativos, encaminhamento e providências de tudo que fosse necessário.

Paralelamente, fazia reunião todos os dias, no horário de almoço, com duplas de pajens. A proposta era discutir como foi nossa vida na escola, por que não gostávamos de ir à escola, por que ainda hoje as escolas reprovam tantas crianças, etc. Durante três meses, trabalhamos com este problema para que, posteriormente, pudéssemos entender nossa intervenção com as crianças.

Passado este período, surgiu a proposta de se montar um "grupo de formação" para pajens que seria voluntário, pois o período era longo — uma hora por semana, durante quatro meses. O grupo se formou com dez pessoas. Construímos, brincamos e dramatizamos em cada encontro nosso. Fizemos também uma avaliação de como estava sendo utilizado tudo o que aprendemos ali.

Simultaneamente, fizemos, uma vez por semana, reuniões com as mães (no máximo 15) de cada grupo de crianças. Utilizamos, aí, algumas técnicas mais simples que geraram muita produção, havendo a possibilidade de questionarem a cada reunião o nosso atendimento. Quando sentiam que, realmente, havia espaço, começaram a colocar todos os problemas acumulados durante os quatro anos na creche, e um ambiente muito tenso se instalou. Como exemplo, no segundo semestre de 1985, as mães perceberam que seus filhos circulavam na entrada, e como os funcionários não chegavam pontualmente, corriam riscos. Exigiram uma reunião com as pajens do período, e muito se falou e se discutiu. Neste momento, fiquei sendo pressionada pelos dois lados, podendo sentir o quanto a hostilidade e a competição entre funcionários e mães eram fortes, mas não podendo trabalhar como gostaria (até hoje não sei se é possível). Conseguimos, porém, estabelecer algumas normas conjuntamente, para que as crianças não sofressem a consequência desta indisciplina. Este, e outros exemplos, permitiram a cada um de nós efetuar mudanças consideráveis no trabalho, para melhor.

Foi possível, pouco a pouco, ir combinando disciplina e direitos (pais e funcionários), percebendo limites e necessidades. Concluímos que todas as mães dariam dois dias de trabalho para a creche, pois era preciso uma convivência mais estreita entre as famílias e a creche. Por outro lado, havia uma desconfiança das mães quanto ao tratamento das crianças, o contato cotidiano poderia dilimir, assim também teríamos oportunidade de observar as relações criança-mãe.

2 No final de 1985, técnicos e diretores de FABES propuseram treinamentos juntando uma ou mais regional. Enquanto encontro, para trocas de experiências, achei válido, mas não podemos chamar essa experiência de treinamento.

Tivemos problemas para evitar que os pais não se envolvessem com o trabalho braçal, que é tarefa dos funcionários, e pudessem se dedicar, exclusivamente, às questões de educação. Outro problema foi o de conseguir dispensa dos pais que trabalhavam. Para tanto, redigimos uma carta a alguns patrões argumentando, entre outras coisas, sobre o direito à saúde e à educação dos filhos. Surpreendentemente, nenhum dos patrões se recusou a liberar o funcionário. Neste período, todos passaram pela creche e puderam sentir, também, as mudanças no atendimento, nossas dificuldades e nossos progressos. A valorização e a colaboração foram aumentando, não tivemos participação ativa da comunidade como gostaríamos, embora já tenhamos dois representantes de pais ajudando na seleção de novas crianças, juntamente com a direção e um representante de funcionários. Estamos ainda tentando eleger três representantes para ajudar-nos a organizar festas, bazares e passeios.

O mérito para essas mudanças não cabe apenas a estas reuniões. Em primeiro lugar tive a oportunidade de estar o mês de janeiro-85 com a creche fechada (férias coletivas). Apenas as duas professoras, o zelador, auxiliar de direção, assistente de administração, auxiliar de enfermagem, auxiliar de cozinha e eu ficamos trabalhando. Era todo o corpo de direção que estava se formando neste mês, não podendo ter direito a férias. A maioria desses cargos, mais alguns que não vieram até hoje, não estavam preenchidos no momento em que assumi a direção. A reposição de funcionários é feita com muita demora. A burocracia, a falta de uma política do departamento pessoal trazem consequências drásticas para o serviço de atendimento direto à população.

Aproveitamos para pintar, construir um parque, arrumar alguns brinquedos. Além de todo esse trabalho que era físico, comecei a discutir o que pensava e quais as propostas em que acreditava para educar estas crianças. O que significava, por exemplo, pensar a creche como algo mais que apenas tirar a criança da rua e matar a fome. Percebi, no grupo, muita disponibilidade para tantas informações propostas, com exceção da auxiliar de direção, que logo pediu sua transferência. O restante do grupo permaneceu lutando e acreditando cada vez mais.

Preparamos um treinamento para a volta dos funcionários. Em todas as creches diretas da região do Butantã estava previsto este tempo para treinamento. Foram cinco dias, sendo que primeiro utilizamos para visitar as casas de crianças que havíamos atendido no ano anterior; no outro, fizemos uma mutirão de limpeza e, nos restantes, nos organizamos em grupos de trabalho para discussão de um questionário que havia passado para os funcionários no final de 84, e que gerou várias discussões sobre companheirismo, solidariedade, etc. Existia um ânimo muito bom pós-férias e todos gostaram das reformas que fizemos.

Em segundo lugar, foi muito importante contar com duas professoras que acreditavam na educação para criar crianças mais questionadoras e mais "independentes". Além de tudo, a maioria do grupo foi se envolvendo e conseguindo quebrar a rigidez da rotina anterior.

Este trabalho coletivo animava e, a cada dia, trazia mais solidariedade entre nós: arrumávamos materiais novos, muitos brinquedos para as crianças trabalharem, etc.

Fim do ano de 1985, víamos que o movimento era diferente do ano anterior: alguns falavam em voltar a estudar (e foram); outros pediam livros para brincar mais e entender mais as crianças. Quanto aos pais, questionavam e reivindicavam muito mais, percebendo e podendo separar muitas vezes o que era nossa dificuldade, e o que eram complicações proporcionadas pelo Estado.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A transparência da instituição tanto para os funcionários, quanto para os pais e, quando possível, também para as crianças, nos deu bons resultados. A informação, discussão, resolução, ou não, dos problemas, o acompanhamento dos mesmos, provindo da burocracia e da desorganização da Secretaria (FABES) trouxe uma compreensão profunda do nosso papel dentro e fora da creche. Muitos técnicos gerenciam com medo de perder o controle ou dividir o "poder". Ao contrário, acho que todos devem saber de tudo. Porque faltam funcionários por exemplo; como funciona a Secretaria, as publicações em Diário Oficial, todos devem saber. A avaliação de um funcionário deve ser realizada com o seu conhecimento e o mesmo pode questioná-la, etc. . .

Para os técnicos, acho que é necessário ter muito "jogo de cintura", sensibilidade para orientar as tensões de forma a voltar positivamente para o trabalho, lutar junto ao grupo, cotidianamente, para melhor assistência dos equipamentos junto à Secretaria. Ser político é um pré-requisito necessário para esta função, temos de ter consciência que o Estado é deficiente e, quando nos colocamos neutramente, estamos reforçando esta deficiência. Temos que mostrar outras formas de pensar e *educar*, não sendo coniventes com o assistencialismo, omissos, cúmplices desse estado de coisas.

Não tenho ilusão que no meu trabalho tive de ser como "coringa". No entanto pude me criticar e pensar nos limites deste trabalho. Fui em reuniões, quando surgiam estas questões apontávamos e discutíamos, muitas vezes e concluíamos que alguns caminhos eram ruins, mas, às vezes, únicos. No entanto, é preciso não permitir que os princípios abstratos que orientam o trabalho se sobreponham aos objetivos finais a que nos propusemos. Como meu objetivo, desde o princípio, era transformar para construir algo mais digno, mais humano para as crianças, para que pudessem crescer mais sadias, como também sabia que nessa sociedade não conseguiremos ter uma transformação de todos, tinha certeza que estaríamos construindo algo para o futuro, acumulando, quebrando vícios e resitências, mesmo que, às vezes, fôssemos obrigados a ceder em pontos que nos pareciam secundários dentro da conjuntura já citada. Por exemplo, sempre combatemos durante nosso trabalho uma postura assistencialista, em todos os momentos em que isso era possível; no entanto, em certas ocasiões, está-

vamos entre o viabilizar o trabalho educacional ou manter rigidamente nossos princípios contra o assistencialismo; aqui nossa opção se baseava em priorizar a educação das crianças.

Estamos agora no ano de 1986. Novamente, questionamos, reformamos, modificamos nosso trabalho, porém, com uma grande diferença: hoje tenho mais aliados, embora o cotidiano mostre a dificuldade de realizar mudanças. Necessariamente questionamos a nossa própria educação, moral, ideologia, etc. Neste período dois funcionários pediram demissão. No entanto, sei, que a maioria dos funcionários, hoje, acredita que mudar é possível e urgente. Sabemos, também, que quanto maior for a participação e contribuição efetiva da comunidade, mais estaremos perto do nosso objetivo. Não basta contar com representantes formais e ter bom contato com os presidentes das favelas e associações de moradores, como já temos. É necessário construir um trabalho menos frágil, cada vez mais representativo, portanto mais ágil.

No horizonte deste trabalho, sempre esteve e estará a transformação do funcionário — *representante da burocracia do Estado* — em um funcionário efetivamente público, posto a serviço do desenvolvimento coletivo das crianças, atento para suas diferenças individuais. Trata-se de uma tarefa cotidiana de cada um de nós, uma luta perene de cada associação de classe, dos partidos políticos, e de cada cidadão.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BELOTTI, E.G. *Educar para submissão*. Rio de Janeiro, 1979.
- BONAMIGO, M.R. Lares Vicinais em Porto Alegre: avaliação de um programa para crianças de zero a seis anos de idade. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (51): 33-45, nov. 1984.
- CAMPOS, M.M.M. Assistência ao professor: uma abordagem crítica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (28): 53-59, mar. 1979.
- _____. et al. A creche e a pré-escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (39): 35, nov. 1981.
- COSTA, M.C.L. Creche: solução ou problema. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (50): 58-60, ago. 1984.
- DONZELOT, J. *A política das famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- FERREIRA, M.C.R. O apego e as reações da criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (48): 3-19, fev. 1984.
- _____. Propostas para o atendimento em creches no Município de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (56): 39-65, fev. 1986.
- FRANCO, M.A.C. Lidando pobremente com a pobreza. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (51): 13-32, nov. 1984.
- FREIRE, M. *A paixão de conhecer o mundo*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- _____ & MELLO, Silvia Leser de. Relatos de (con)vivência: crianças e mulheres da Vila Helena. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (56): 82-105, fev. 1986.
- LIMA, E.S. et alli. Trabalhando com pajens. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (49): 71-86, mai. 1984.
- OLIVEIRA, P.S. *Brinquedo e Indústria Cultural*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, R.D. de et alli. *Cuidado escola*. São Paulo Brasiliense, 1983.
- ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso das creches. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (51): 73-79, nov. 1984.